

Novos desafios do Instituto Politécnico de Setúbal para o séc.XXI

O. Dias¹, P. Dominginhos²

¹ otilia.dias@estbarreiro.ips.pt, Instituto Politécnico de Setúbal

² pedro.dominginhos@esce.ips.pt, Instituto Politécnico de Setúbal

Palavras-Chaves: Ensino Superior, Estudantes, Desafios, Estratégias, CPLP

Resumo

O objetivo desta apresentação é dar a conhecer o que o Instituto Politécnico de Setúbal, IPS, tem realizado para enfrentar os constrangimentos que foram surgindo no Ensino Superior, ES, bem como a estratégia que pretende implementar no futuro.

O Processo de Bolonha trouxe mudanças profundas no panorama educacional do ES, como por exemplo a abertura à equidade e à diversidade de públicos não-tradicionais que podem ingressar no ES e um reforço da aprendizagem ao longo da vida. Em 2006 surge a legislação que permite a entrada de indivíduos Maiores de 23 anos nas Instituições de ES, M23, substituindo os antigos exames *ad-hoc*, sendo que o IPS foi, desde o início, uma das instituições que mais estudantes M23 conseguiu captar, muitos deles trabalhadores estudantes, tendo por isso implementado várias medidas para se adequar este novo público que chegou ao ES de uma forma mais expressiva (EUROSTAT. (2009).

Por outro lado, as dificuldades financeiras que Portugal tem passado, influenciaram significativamente o prosseguimento de estudos de muitos estudantes portugueses. Paralelamente, com a vinda de estudantes da CPLP ao abrigo de várias parcerias, constatou-se que muitos deles não possuíam a estrutura económica e social que lhes permitam a conclusão dos ciclos de estudos. Esta situação, pode ser agravada com a aprovação do Estatuto do Estudante Internacional, em 2014, que fez com que o valor das propinas aumentasse significativamente para a maioria dos estudantes provenientes dos países da CPLP.

Assim, o Serviço de Ação Social do IPS, SAS/IPS, que tem como principal objetivo proporcionar as melhores condições de estudo aos estudantes, sobretudo aos carenciados, para além de disponibilizar os apoios diretos, teve necessidade de introduzir programas específicos, como o Programa de Atribuição de Apoios Sociais, PAAS/IPS, em 2010, destinado a apoiar estudantes que, por motivos diversos, não podem beneficiar da concessão de bolsas de estudo atribuídas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente os estudantes da CPLP.

Outra estratégia do IPS para tentar captar mais estudantes, passou pela lecionação dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), cursos pós-secundários, e desde este ano, pela criação

de Cursos de Técnico Superior Profissional, CTeSP, cursos superiores, não conferentes de grau, de cariz profissionalizante, com a duração de 2 anos (120 ECTS), que incluem um estágio em contexto real de trabalho.

O IPS espera que, com as medidas, algumas já em ação e outras que serão implementadas já em setembro de 2015, consiga responder aos desafios que se colocam ao ensino superior português.

1. Introdução

Tendo consciência que o Ensino Superior se encontra num momento de profundas mudanças, traduzidos, designadamente pela diminuição do número de estudantes, pela redução do financiamento público, pela democratização no acesso ao ensino superior, o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), através das suas cinco unidades orgânicas - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (ESTSetúbal); Escola Superior de Educação (ESE); Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE); Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (ESTBarreiro); e Escola Superior de Saúde (ESS) - tem apostado e continua a apostar em medidas que lhe permitam adaptar-se a estes novos desafios.

Assim, o IPS considera ter que apostar em novas áreas de formação bem como na diferenciação da oferta formativa, pelo que os objetivos prioritários estabelecidos são:

- Continuar a propor formações de cariz politécnico, quer nos novos Cursos Técnico Superior Profissionais (CTeSP) quer em Licenciaturas, Mestrados e Pós-Graduações, com grande componente prática e com perfil profissionalizante;
- Continuar a aposta no investimento na captação de novos públicos: nomeadamente provenientes dos Maiores 23;
- Aposta no processo de internacionalização, focado essencialmente nos Países da CPLP;
- Articular a oferta formativa do IPS com as formações pretendidas pela comunidade envolvente, nomeadamente empresas, escolas secundárias e profissionais e autarquias;
- Incentivar os docentes para a utilização de metodologias de ensino-aprendizagem que permitam apoiar estes novos públicos com medidas que contribuam para sucesso escolar;

- Investir no desenvolvimento do ensino à distância, com aquisição dos recursos necessários por forma a garantir a disponibilização da oferta formativa do IPS em regime presencial e à distância, sempre que aplicável.

2. Medidas Implementadas

2.1. Apostar no Público M23

2.1.1. Enquadramento

O Decreto-Lei 64/2006 de 21 de Março regulamenta em Portugal as condições especiais de acesso e ingresso no ensino superior no que diz respeito às provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos Maiores de 23 (M23). Estas provas têm por objetivo alargar o acesso a este nível de ensino de indivíduos que, não estando habilitados a concorrer através do concurso geral de acesso, demonstrem possuir capacidade para a frequência do ensino superior, numa política de promoção de igualdade de oportunidades no acesso e de aprendizagem ao longo da vida, valorizando o currículo escolar e profissional dos candidatos. Podem candidatar-se cidadãos nacionais ou estrangeiros¹ com idade superior a 23 anos (completados até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior à realização das provas) (Constituição Portuguesa, 1976), e (Rummer, S., Canario, R., Frigotto, G., 2009).

As três componentes de carácter obrigatório das provas são: o currículo escolar e profissional, as motivações e a prova de conhecimentos. (IPS, 2006).

- a. Na ponderação destas componentes, destaca-se a **avaliação curricular**, com uma percentagem de 50% da nota final, o que concede à mesma um maior peso na avaliação efetuada de acordo com a filosofia legislativa subjacente de privilegiar a experiência profissional dos candidatos nos critérios de admissão (DL 64/2006). Esta componente é avaliada com base nas informações prestadas pelos candidatos numa ficha curricular (em modelo disponibilizado pelo IPS) e validada pela entrega dos comprovativos das habilitações e atividades declaradas. Nesta componente, os aspetos sujeitos a avaliação são os seguintes:
 - as habilitações académicas;
 - ações ou cursos de formação profissional na área de formação do curso a que se candidata e/ ou noutras áreas;

- a experiência profissional na área do(s) curso(s) pretendido(s) e/ ou outra experiência profissional;
 - a participação cívica, cultural e social na comunidade;
 - as competências linguísticas (em língua portuguesa e em línguas estrangeiras);
 - trabalhos, produções, publicações originais.
- b. A **avaliação das motivações** para a frequência do(s) curso(s) diz respeito a 20% da nota final atribuída e é realizada através da análise de uma carta de motivações entregue pelos candidatos aquando da inscrição nas provas. Nesta carta deverão ser explicitados: a relevância do curso no projeto pessoal do candidato, a proximidade geográfica da Escola Superior em relação à sua área de residência/trabalho, o conhecimento do curso e da Escola Superior onde o mesmo é oferecido, assim como da área profissional do curso, das atividades relacionadas e das saídas profissionais do mesmo.
- c. O resultado da **prova de conhecimentos** constituirá 30% da nota final. Como esta prova tem por objetivo avaliar conhecimentos e competências considerados indispensáveis para a frequência do(s) curso(s) de candidatura, ela é organizada em cada Escola Superior em função das especificidades dos cursos ministrados.

No ano de 2006/07 concorreram em Portugal ao ensino público 9 603 candidatos através das provas M23, dos quais 6 164 foram aprovados e 4 257 ingressaram no ensino superior, representando 8% do conjunto de novos estudantes que ingressaram neste ano letivo. O ensino politécnico recebeu 8 960 inscrições para as provas, das quais 6 587 resultaram em aprovação e destas 4 765 em matrículas, representando 17% do total dos novos estudantes naquele ano letivo, enquanto o ensino universitário recebeu 14% de candidatos M23.

Já em 2007/08 o número de inscritos nas provas do ensino público foi de 18 330, tendo obtido aprovação 10 498 candidatos e ingressado no ensino superior 6 039, o que representou 10% dos novos estudantes deste ano letivo. O ensino politécnico recebeu 14 158 inscritos, foram aprovados 9 546, e destes 5 967 matricularam-se, representando igualmente 17% do total de novos estudantes neste ano letivo, tendo o ensino universitário recebido neste ano 12% de ingressos por esta via.

A nível nacional, em 2007/08, no que diz respeito às preferências dos estudantes relativamente às áreas científicas dos cursos no ano letivo de 2005/06, de um total geral de 367 421 estudantes inscritos, verificamos que as áreas científicas com maior peso foram as Ciências Sociais, Comércio e Direito (115 808 estudantes), seguidas das áreas da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (80 597), Saúde e Proteção Social (58 823), Artes e Humanidades (31 494), Ciências, Matemática e Informática (26 833), Educação (26 277) e Serviços (20 544) (OCES/MCTES, s.d.; Comissão Europeia, s.d.).

Nos anos em referência, o IPS demonstra seguir a tendência observada a nível nacional em termos de candidaturas a esta via de acesso ao ensino superior, e apresentamos de seguida um estudo elaborado pela Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do IPS, UDRVC/IPS, em março de 2010, sobre o público M23, e tendo por base os resultados no IPS, do ano letivo 2008/09. Na tabela 1 apresentamos o nº de estudantes M23 candidatos no IPS nesses três anos letivos:

Tabela 1

Da totalidade dos candidatos ao IPS, que apresentamos na tabela 1, no ano 2008/09, 29,4% fizeram matrícula na sequência da candidatura às vagas disponibilizadas nos Concursos Especiais. Dessas colocações, o maior número de matrículas efetuou-se na ESTSetúbal (32,2%) e na ESCE (28,3%) que foram, simultaneamente as Escolas Superiores que receberam o maior número de candidaturas (ver tabela 1).

2.1.2. Estudo da população M23/IPS em 2008/09

No sentido de perceber este novo tipo de público, foi realizado um trabalho no IPS que permitisse identificar as suas principais características (colocar referência do relatório). Os principais resultados apontam para uma concentração regional dos estudantes no distrito de Setúbal, quer no que respeita à residência quer ao local de trabalho, o que reforça a importância do IPS em termos educativos e sociais na região (Pires, A. L. e Ferreira, A. M., 2010).

No que diz respeito ao sexo, as Escolas Superiores em que as mulheres se encontram mais representadas são a ESE (64,1%) e a ESS (75,2%), que oferecem cursos nas áreas da Educação, Ciências Sociais, Artes e Saúde, o que traduz a tendência observada a

nível nacional em termos de género e escolhas vocacionais. Os homens escolhem preferencialmente as tecnologias, na ESTSetúbal temos 89,6% e na ESTBarreiro 86,0%, encontrando-se equilibrada a distribuição na ESCE (51,8% do sexo masculino).

Como é natural, os candidatos possuem, na quase totalidade, nacionalidade portuguesa (97%) e os estrangeiros são essencialmente de países da CPLP. Se compararmos com os dados obtidos à escala nacional, verificamos que o IPS não se afasta da tendência geral observada. A percentagem de estudantes com nacionalidade portuguesa inscritos pela primeira vez no ensino superior em Portugal no ano letivo de 2004/05 era de 96,3%, o que evidencia o peso esmagador de estudantes nacionais neste nível de ensino (DGES/MCTES (s.d.)).

O leque de idades dos candidatos às provas é bastante alargado. Os candidatos têm idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos e quase metade destes situam-se na faixa etária dos 30-39 anos, sendo a média das idades de 33 anos. O grupo que apresenta maior expressividade depois do referido é o que se situa entre os 24-29 anos.

Se comparamos as idades dos candidatos ao IPS com as estatísticas nacionais relativas aos estudantes que ingressaram pela primeira vez no ensino superior, verificamos que, no ano de 2004/05, a grande maioria possuía idade igual ou inferior a 24 anos (77,5%). A faixa etária entre os 25 e os 34 anos representava 13% dos novos matriculados, seguida da faixa 35-44 anos (3,5%) e da de 45-59 anos (1,3%) (DGES/MCTES, s.d.).

Na Europa, no ano de 2004 a percentagem de adultos no ensino superior com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos é mais elevada na faixa entre os 30-34 anos (4,1%) do que na dos 35-39 (1,8%) (EUROSTAT, 2009), confirmando a tendência encontrada a nível internacional em relação à idade: quanto mais elevada é, menor é a participação dos adultos em processos de aprendizagem. Se olharmos para a média dos países da OCDE, a participação de adultos no ensino superior cresceu 7% entre 1995 e 2005, e em grande parte dos países europeus observou-se um crescimento significativo (países com menor taxa de participação, tais como a República Checa, Grécia e Hungria, passaram para uma taxa intermédia), exceção a Portugal e Espanha, em que só muito recentemente se observou um ligeiro crescimento, de acordo com os dados da (OCDE, 2007).

Por outro lado, parece-nos igualmente importante destacar o elevado nível de habilitações dos candidatos ao IPS que, apesar de estarem há já algum tempo afastados do ensino (8 anos em média), possuem na sua maioria o 12º ano de escolaridade, aspeto

verificado em todas as Escolas Superiores, com exceção da ESS, onde se observa uma maior amplitude de habilitações: os candidatos situam-se num leque que vai desde o 4º ano de escolaridade até ao diploma de licenciatura. É de salientar, ainda, a existência de candidaturas por parte de indivíduos que já possuem um grau de ensino superior completo (2,2%) sendo especialmente relevante a incidência de candidatos com esta característica na ESS (13,3%) sendo que a ESTSetúbal, por sua vez, é a única Escola Superior que não obteve qualquer candidato com esta habilitação.

Outro aspeto relevante é a experiência profissional que os candidatos possuem. No que diz respeito à situação perante o trabalho, a maioria dos candidatos encontra-se ativo, visto que apenas 8,9% refere estar desempregado (não esquecer que este estudo diz respeito a candidatos M23 em 2008/09, antes da crise). Em termos de trajetória, os candidatos apresentam, em média, um percurso profissional de 11 anos em 3 locais diferentes. Mais de metade dos candidatos refere ter desenvolvido funções na área do curso que pretende prosseguir. A ESTSetúbal é a unidade orgânica onde uma maior percentagem de candidatos indica ter experiência profissional na área a que se candidata, menciona ter participado em atividades cívicas e mais de um terço faz referência a outros trabalhos ou experiências relevantes para a sua candidatura.

Quanto à formação anterior seguida pelos candidatos, há a salientar que mais de metade dos candidatos frequentou formação na área do curso a que se candidatam.

No que diz respeito ao acesso ao ensino superior, realçamos que no relatório apresentado, uma grande parte dos candidatos evidenciou, através dos resultados obtidos nas provas, que possui capacidade para frequentar um curso neste nível de ensino. Apesar da média das classificações obtidas no IPS em 2008/09 ser de 12 valores, devem ser analisadas as diferenças existentes por um lado entre as várias componentes da avaliação e, por outro, entre cada Escola Superior, aspetos que se encontram articulados com uma multiplicidade de fatores. Em termos globais, a média da classificação das provas de conhecimentos foi de 10 valores, tendo sido ligeiramente superior nas restantes componentes objeto de avaliação (carta de motivações com 13,3 valores e CV com 11,4 valores).

Como mencionámos, apesar da média global do IPS ser positiva, a ESTSetúbal e a ESTBarreiro apresentam candidatos com uma média de classificação inferior a 10 valores nas provas de conhecimentos, e a ESS apresenta uma média de classificação

final negativa, para a qual contribuíram as baixas avaliações obtidas pelos candidatos nas componentes curricular e carta de motivações.

Constatamos assim que os candidatos às provas M23, na sua maioria, possuem características distintas dos estudantes ditos “tradicionais”, que ingressam pelo Concurso Nacional de Acesso (CNA) ao ensino superior, que é uma população mais jovem, e na grande maioria estudante a tempo inteiro, sem interrupção académica, com pouca ou nenhuma experiência profissional, e geralmente sem responsabilidades familiares e sociais (GPEARI/MCTES).

2.1.3. Desafio do IPS: captação do público M23

Considerando que a tendência para a diversificação crescente dos públicos no ensino superior é um fenómeno que se tem vindo a observar à escala internacional, equacionando os desafios introduzidos pelas mudanças em curso, particularmente às instituições educativas, tanto ao nível organizacional como pedagógico, para além do objetivo do governo português de a percentagem de diplomados entre os 30 e os 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente que em 2013 era 29,2% passar a ser em 2020 de 40%, o IPS considerou como um desafio a captação deste público M23 (Woodhall, M., 2009).

Neste sentido, pensou ao nível da sua implementação, na criação de dispositivos articulados, globais e coerentes, orientados tanto para o acesso como também para o sucesso académico destes públicos. Destacamos o apoio prestado pela ESTSetúbal e ESTBarreiro aos candidatos, onde o nível de insucesso nas provas de conhecimentos é mais elevado, onde todos os anos são realizados cursos de preparação para as Provas dos M23, que permitem colmatar necessidades de formação dos candidatos em áreas científicas chave e adquirir conhecimentos fundamentais para a frequência dos cursos pretendidos. Considerando que muitos candidatos se encontram afastados dos estudos há alguns anos, este tipo de ações de formação são importantes pois permitem atualizar os conhecimentos adquiridos, obter conhecimentos em falta, ganhar hábitos de estudo e contribuir para a sua adaptação à vida académica. Sugere-se que este tipo de medidas deve ser incentivado em todas as Escolas Superiores eventualmente num sistema tutorial, para estudantes que têm dificuldades de conciliação da sua vida profissional/pessoal com a vida académica (sejam adultos, trabalhadores, com filhos a cargo, e/ou que tenham estado afastados dos estudos em anos precedentes).

Não obstante o facto de a média das classificações obtidas pelos candidatos ser baixa, gostaríamos de evidenciar que o número de candidatos que obteve aprovação nas provas M23 é largamente superior às vagas disponíveis, tendo em consideração que apenas cerca de um terço dos candidatos ao concurso foi colocado. Assim sendo, há que equacionar até que ponto o potencial público constituído pelos indivíduos que não ingressaram por inexistência de vagas poderá estar interessado noutra oferta formativa que não apenas as Licenciaturas (tal como os CTeSP, Cursos Técnico Superior Profissionais, anteriores Cursos de Especialização Tecnológica, CET) os cursos de formação contínua, a realização de Unidades Curriculares isoladas, etc. constituindo assim uma oportunidade de alargamento da oferta formativa do IPS.

Quanto ao plano funcional, de gestão interna, o IPS achou que deveria apostar mais na divulgação e publicitação deste tipo de ingresso no ensino superior, bem como esclarecer os futuros candidatos das vantagens de ingressar através da realização das provas dos M23, nomeadamente no reconhecimento, através da atribuição de créditos nos ciclos de estudos, da experiência profissional e da formação dos estudantes matriculados na sequência deste concurso. Este processo, que se encontra regulamentado ao nível do IPS desde Janeiro de 2009, Processo RVC-IPS, reveste-se de clara importância para candidatos que demonstrem possuir características profissionais e formativas relevantes para a frequência do ensino superior, daí o investimento em sessões de esclarecimento por parte da Presidência do IPS. Esta sistema foi reconhecido pelo CEDEFOP como uma boa prática a nível europeu.

Para além da oferta aos M23 de complementos de formação em Matemática e Física, já anteriormente referida, o IPS continua a apostar em medidas facilitadoras da integração dos novos públicos, como sejam a disponibilização de planos de estudos alternativos, regimes noturnos, unidades curriculares pós-laborais, oferta de unidades curriculares com maior insucesso em ambos os semestres com metodologias distintas. Para além disso o IPS tem apostado em formações de metodologias pedagógicas que implicam um maior acompanhamento e trabalho autónomo dos estudantes (ex. Problem Based Learning, simulações pedagógicas, programas intensivos em ambiente internacional). Todas estas medidas têm uma finalidade comum: apoiar este público promovendo o sucesso escolar nos M23.

Na tabela 2 apresentamos a evolução do preenchimento de vagas M23, no IPS, desde 2011/12.

Tabela 2

A existência de um número de candidatos bastante superior às vagas disponibilizadas para as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores aos M23, e que são colocados e matriculados, permitiu contrabalançar os resultados do CNA nas escolas do IPS, principalmente nas Escolas de Tecnologias.

2.2. Aprovação do PAAS/IPS

2.2.1. Enquadramento Legal da Ação Social no ES

O Decreto-Lei 129/93 de 22 de Abril criou os Serviços de Ação Social tal como eles existem hoje em dia. No entanto, a ação social no ensino superior remonta ao 25 de Abril embora encontremos ecos de uma certa “ação social” durante o Estado Novo e até anteriormente. Refira-se que o 129 foi alterado alterada pelo Decreto-Lei n.º 204 e pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) (Lei n.º 62/2007 - RJIES, 2007), não na sua génese (missão e objetivos) mas do ponto de vista organizacional e de papel no seio de cada Instituição de Ensino Superior, sendo que os princípios a que deve obedecer se encontram plasmados na Lei de bases do financiamento do ensino superior (Cerdeira, M., 2008) e (Pereira, R., 2014).

Atualmente, a atribuição de bolsas de estudo é regulada pelo Despacho 8442-A/2012 de 22 de Junho atualizada no Despacho 627/2014 de 14 de Janeiro (Jerónimo, M. , 2010).

2.2.2. Ação Social no Instituto Politécnico de Setúbal

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Setúbal (SAS/IPS) foram criados pelo Decreto-lei n.º 129/93, de 22 de Abril e têm como fim promover a execução da política de ação social no âmbito do Ensino Superior. Dotados de autonomia administrativa e financeira, são um serviço transversal do IPS, com o objetivo de proporcionar as melhores condições de estudo, mediante a concessão de apoios sociais diretos aos estudantes carenciados (bolsas de estudo), bem como a prestação de serviços aos estudantes em geral, tais como alojamento, alimentação, serviços de saúde e apoio a atividades desportivas e culturais (IPS -SAS, 2010) e (IPS - SAS, 2014)

No entanto tem-se verificado que as medidas da tutela na ação social não são suficientes para abranger todos os estudantes em situação de carência socioeconómica e potenciar o seu sucesso académico prevenindo, em simultâneo, o abandono escolar. Assim, e num esforço conjunto entre o IPS, os SAS/IPS e a Associação Académica, em 2010 foi criado o Programa de Atribuição de Apoios Sociais aos Estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal, PAAS/IPS, destinado a apoiar estudantes que, por motivos diversos, não podem beneficiar da concessão de bolsas de estudo atribuídas ao abrigo da legislação em vigor, Na Tabela 3 apresentamos os resultados de utentes que utilizaram as várias valências do SAS/IPS (excluindo consultas) ao longo dos últimos 4 anos letivos, isto é, desde que entrou em funcionamento o PAAS/IPS.

Tabela 3

Relativamente às bolsas de estudo nota-se nitidamente que para além da diminuição de candidaturas, também há uma grande diminuição de bolseiros. Tal facto deve-se, por um lado, à diminuição do número de estudantes que ingressam no IPS e, por outro, ao estreitamento dos critérios para atribuição de bolsas de estudo, sendo evidente a canalização dos recursos financeiros para os estudantes em situação de maior fragilidade económica.

Quanto ao alojamento, o SAS/IPS tem a Residência de Estudantes de Santiago que serve o campus de Setúbal e que está situada a 2 km do campus do IPS tendo capacidade para alojar 294 alunos. O aluno poderá usufruir das instalações desde o início de Setembro até ao fim de Julho, sendo para isso necessário efetuar uma candidatura anual. No campus do Barreiro, o SAS/IPS disponibiliza desde 2014 aos estudantes pequenas vivendas onde poderão ter as mesmas comodidades que têm numa casa. Tem-se constatado que quem utiliza a Residência são estudantes provenientes de outros Países, nomeadamente CPLP, que têm primazia ao estudante português (não bolseiro). Neste ano letivo, (2014/15) dos residentes, apenas 37% eram bolseiros e 56% não bolseiros (Dias, O., Sardinha, B. e Pereira, R., 2014).

2.2.3. Desafio IPS: Implementação do Programa PAAS/IPS

O Programa de Atribuição de Apoios Sociais aos Estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal, PAAS/IPS, destinado a apoiar estudantes que, por motivos diversos, não podem

beneficiar da concessão de bolsas de estudo atribuídas ao abrigo da legislação em vigor, mas cuja situação socioeconómica não permite suportar condignamente os custos inerentes à frequência do ensino superior, proporcionando a todos os estudantes do IPS (que cumpram os requisitos exigidos) condições favoráveis à frequência e conclusão dos seus estudos. Financeiramente suportado pelas Escolas Superiores do IPS e pelos SAS/IPS, este Programa engloba duas medidas distintas como se pode ler o art.º3 do seu regulamento:

- Concessão do benefício de pagamento de propina reduzida;
- A concessão de outros apoios em géneros ou bens e bolsa de horas (IPS - SAS, 2014).

Com este Programa foi já possível apoiar cerca de 450 estudantes do IPS, de entre os inscritos em cursos de Licenciatura e Mestrado.

O IPS tem a noção que o PAAS/IPS necessita de ser mais divulgado. Mesmo assim, faz-se um balanço muito positivo da implementação do programa: em 2013/14, por exemplo, o facto do número de estudantes beneficiários ter decrescido não traduz, necessariamente, uma diminuição do seu impacto junto da comunidade estudantil, mas reflete o efeito positivo que uma alteração legislativa (a desconsideração de dívidas ao Estado) teve na atribuição de apoios sociais diretos (antes exclusivamente abrangidos pelo PAAS/IPS, os estudantes com dívidas passaram a ter direito a bolsa de estudo).

Podemos constatar esta alteração na tabela 4 onde temos a evolução da implementação do programa, desde o início, 2010/11 até 2013/14 quer em número de estudantes envolvidos, quer em despesa afeta.

Tabela 4

A explicação do aumento da despesa em 2012/13 como referido atrás é simples: foi quando o SAS começou a incluir nos beneficiários os que estavam indeferidos das bolsas por dívidas. Em 2013/14 o valor não subiu:

- O IPS diminuiu o número de estudantes, o que fez diminuir o nº de candidatos a bolsa e, logo, o número de beneficiários de PAAS/IPS;
- O regulamento de bolsas foi novamente alterado e a questão do indeferimento por dívidas passou a ser restrita aos próprios estudantes, pelo que os que em

2012/13 foram apoiados pelo PAAS/IPS, genericamente passaram a ser bolseiros.

As dificuldades financeiras que Portugal tem enfrentado, influenciaram drasticamente o prosseguimento de estudos de muitos estudantes portugueses. Por outro lado, com a vinda de estudantes da CPLP ao abrigo de várias parcerias entre instituições, constatou-se que muitos deles não têm uma estrutura económica capaz de suportar condignamente o custo associado à frequência do ensino superior em Portugal e concluir com êxito o ciclo de estudos que se propõem realizar. Com a aprovação do Estatuto do Estudante Internacional perspetivamos, a atração de um número significativo de candidatos da CPLP, o que poderá agudizar esta situação.

Compete aos SAS/IPS proporcionar as melhores condições de estudo aos estudantes, sobretudo aos carenciados, através da disponibilização de um conjunto de apoios diretos e indiretos ou através de programas específicos.

O PAAS/IPS, é um programa financiado exclusivamente por receitas próprias e que se destina a apoiar estudantes em situação de carência socioeconómica que, por motivos diversos, não podem beneficiar da concessão de bolsas de estudo, nomeadamente os estudantes oriundos da CPLP que não cumpram os requisitos de nacionalidade fixados na legislação em vigor para atribuição desse benefício social direto.

Na atualidade, dos 223 estudantes provenientes da CPLP, cerca de 30 são Bolsheiros nacionais dos países de origem e muitos dos que ingressaram por concursos especiais usufruem de uma redução de propina através do PAAS/IPS.

Por outro lado não nos podemos esquecer que o regulamento do estudante internacional no seu art.º10 (Ação social) diz que “Os estudantes internacionais beneficiam exclusivamente da ação social indireta” e no art.º 11 (Financiamento) “Os estudantes internacionais não são considerados para efeitos de financiamento das instituições de ensino superior públicas pelo Estado” (IPS, 2014). Sendo assim, atualmente o que um estudante com o estatuto de estudante internacional pode apenas beneficiar da ação social indiretas (alojamento, alimentação, serviços de saúde e apoio a atividades desportivas e culturais, em igualdade de circunstâncias com os restantes estudantes). Sendo uma realidade ainda muito recente, o IPS encontra-se a estudar o melhor enquadramento legal que permita apoiar estes estudantes. Não obstante, a entrada em vigor já este ano letivo de uma nova medida do PAAS/IPS aberta a todos os estudantes, independentemente da sua condição financeira ou estatuto associado (a criação de uma

bolsa de horas para prestação voluntária de trabalhos dentro das unidades orgânicas, com a contrapartida de atribuição de bens e géneros enquadráveis na atividade letiva, como senhas de refeição, mensalidades na Residências, apoio médico gratuito, entre outros) é já uma primeira resposta do IPS a esta nova realidade.

Em 2014/2015, os estudantes provenientes da CPLP que beneficiaram do PAAS/IPS distribuíram-se da seguinte forma:

- Na utilização da residência estudantil - 65 estudantes provenientes dos PALOPs e 16 do Brasil;
- 3 auxílios de emergência, no valor unitário de 485 €.

2.3. Desafio IPS: Apostar na Internacionalização/CPLP

O IPS desde há uns anos tem constatado que a mobilidade de estudantes e sua consequente captação pode ir muito mais além do que a Europa, tendo investido no seu processo de internacionalização, privilegiando os estudantes provenientes dos países da CPLP, nomeadamente através da execução dos acordos com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Brasil.

Para que a aposta deste desafio seja concretizada com mais sucesso, uma das vertentes que é necessário investir é no desenvolvimento do ensino à distância, com recurso a plataformas digitais, para que se consiga dar o apoio solicitado por parceiros nestes países, nomeadamente no ensino ao longo da vida e de formações curtas de atualização profissional.

Com os protocolos já estabelecidos, e as campanhas que o IPS tem feito nos países da CPLP, nomeadamente Angola e Guiné-Bissau, a procura que o IPS tem tido por estudantes desses países tem sido significativa.

Na tabela 5, apresentamos a distribuição dos estudantes estrangeiros (em todas as formações) pelas diversas unidades orgânicas do IPS, entre 2011/12 até 2014/2015

Tabela 5

Estes estudantes são oriundos de 37 países, conforme se constata na Tabela 6:

Tabela 6

Como se verifica, há um grande número de estudantes angolanos a estudar no IPS, seguido de estudantes provenientes do Brasil, Cabo Verde, S.Tomé e Guiné-Bissau, a maior parte países da CPLP com quem o IPS tem parcerias/protocolos.

A maioria dos estudantes da Europa e da Europa do Leste estão abrangidos pelo programa ERASMUS. Este número expressivo está, em grande escala, ligado ao desenvolvimento de um módulo internacional oferecido pela ESCE/IPS há cerca de dez anos. Anualmente são oferecidos 40 ECTS, em cada semestre, totalmente lecionados em inglês, nas diferentes áreas da gestão. Esta aposta permite atrair cerca de 100 estudantes anualmente ao abrigo do programa ERASMUS.

As parcerias que o IPS já tem e que pretende a vir a ter com Instituições do Ensino Superior de países da CPLP bem como com centro de investigação pode ser alargado a Associações/Ordens profissionais bem como a empresas. Para além destes mercados, os países asiáticos apresentam-se como uma outra opção. No entanto, esta aposta obriga a um incremento de competências linguísticas dos docentes e não docentes, de forma a que as aulas possam ser lecionadas em inglês.

2.4. Desafio IPS: Apostar em novos Cursos

O IPS apostou fortemente, em 2015, nos novos Cursos Técnico Superior Profissionais (CTeSP), através da aprovação de 19 cursos, as áreas das tecnologias, construção, gestão, família e audiovisual.

As Escolas de Tecnologias foram as que mais CTeSP propuseram, tendo a ESTSetúbal proposto 12: em Produção Aeronáutica; Climatização e Energia; Automação, Robótica, Controlo e Instrumentação; Sistemas Eletrónicos e Computadores; Redes e Sistemas Informáticos; Manutenção Industrial; Instalações Elétricas; Comunicação, Dispositivos e Aplicações Móveis; Veículos Elétricos; Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação; Tecnologia e Gestão Automóvel; Gestão do Ambiente e Segurança.

Por sua vez a ESTBarreiro/IPS propôs 4 cursos: em Sistemas de Informação Geográfica; Química e Biotecnologia; Construção Civil; e Reabilitação Energética. A ESE propôs 2: Produção Audiovisual e Serviço Familiar e Comunitário e, por fim, a ESCE com o CTeSP em Apoio à Gestão de Organizações Sociais.

O IPS apostou também em outras formações que deverão ser atrativas para o público nacional e internacional, nomeadamente:

- Curso de Pós-Graduação em Tecnologia Aeronáutica (PGTA) que é uma realização da ESTSetúbal e está organizada de forma a proporcionar aos detentores de cursos superiores a obtenção e aprofundamento de competências sustentadas que permitam a melhoria do desempenho profissional nos setores do Fabrico Aeronáutico. Pretende-se a formação de profissionais altamente qualificados para exercer funções técnicas e de gestão a nível do Fabrico Aeronáutico e que possuam igualmente competências alargadas em outras funções transversais como os Materiais, a Qualidade, a Higiene e Segurança no Trabalho, a Gestão de Projetos Aeronáuticos;
- Licenciatura em Tecnologias do Petróleo da ESTBarreiro/IPS, (aprovado pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES)) que tem como objetivo formar profissionais de nível superior para as diferentes áreas de intervenção da indústria do petróleo e do gás, nomeadamente para a prospeção e produção e refinação.
- Pós-Graduação em Motorização de Veículos Elétricos e Híbridos, desenvolvido em parceria com a AutoEuropa e o CEIIA, cujo objetivo é formar engenheiros que possam lidar com os desafios associados à motorização elétrica e híbrida, tendência clara no setor automóvel a nível mundial.

3. Conclusões

Neste trabalho, pretendemos demonstrar os desafios que se colocam às instituições de ensino superior em Portugal, neste caso o Instituto Politécnico de Setúbal, e as respostas que podem ser desenvolvidas para responder à crise económica, à diminuição dos estudantes e do financiamento público.

Essas respostas têm de passar, necessariamente, pela criação de cursos mais adaptados às necessidades das empresas e organizações dos territórios onde as IES se encontrem implantadas, bem como pela captação novos públicos, quer os não tradicionais, como os M23, quer os estudantes internacionais.

Mas a implementação destas ações, carece de outras medidas complementares. Por um lado, o reforço da ação social indireta, por forma a responder a regras legais mais apertadas e a novos públicos que apresentam novas necessidades, como os provenientes do países da CPLP. Em segundo lugar, políticas ativas de promoção do sucesso escolar. Estas medidas devem passar pela necessidade de responder a novos públicos como os trabalhadores-estudantes que têm de

conciliar o estudo com o trabalho e/ou família, bem como os M23 e os estudantes internacionais. Em terceiro lugar, preparar as comunidades académicas e locais para o desafio da internacionalização, quer no desenvolvimento de competências linguísticas e pedagógicas, quer na capacidade de responder aos desafios que um ambiente multicultural coloca.

Referências Bibliográficas

Cerdeira, M. (2008). *O Financiamento do Ensino Superior Português – a partilha de custos*, Tese de PhD em Ciências da Educação, . Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa;

Comissão Europeia (s.d.). *O sistema educativo em Portugal 2006/07*: http://eurydice.giase.minedu.pt/images/stories/pdf/PT_PT.pdf;

Constituição Portuguesa. (1976).
<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

DGES/MCTES(s.d.)

Dias, O., Sardinha, B. e Pereira, R. (2014) - *Ação Social no Ensino Superior: Um caso de estudo no Instituto Politécnico de Setúbal* - CD das Atas da 4ª Conferência da FORGES, Associação Forum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa realizado na Universidade Agostinho Neto, Luanda e Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango – novembro de 2014, ISBN: 978-989-97890-4-3, (14 páginas).

EUROSTAT. (2009), *The Bologna Process in Higher Education in Europe, Key indicators on the social dimension and mobility*.
<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5713011/KS-78-09-653-EN.PDF/3eb9f4ec-dc39-4e51-a18b-b61eb7c2518b>;

GPEAR/MCTES.<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/ConcursosEspeciais/FAQ/Maioresde23/>.

IPS. (2006) *Regulamento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores do Instituto Politécnico de Setúbal dos maiores de 23 anos, 2006 e seguintes*.

IPS. (2010) *Relatórios De Gestão e Atividades do Instituto Politécnico de Setúbal, 2010 e seguintes*.

IPS. (2014) *Regulamento do Estudante Internacional do Instituto Politécnico de Setúbal*.

IPS-SAS, (2010) Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios Sociais aos Estudantes do IPS, PAAS/IPS - <http://www.sas.ips.pt/sas/?q=node/43>.

IPS-SAS (2014). <http://www.sas.ips.pt/sas/?q=node/1>.

Jerónimo, M. (2010) *O papel da Ação Social na igualdade de oportunidades de acesso e frequência de estudantes do Ensino Superior Politécnico Público português - Tese de Doutoramento*. Badajoz: Universidad de Extremadura.

Lei n.º 62/2007 - RJIES. (10 de Setembro de 2007). http://www.a3es.pt/sites/default/files/L_62-2007_RJIES.pdf.

Miranda, Jorge & Medeiros, Rui. (2005). *Constituição Portuguesa Anotada*. Coimbra Editora.

OCDE (2007). *Education at a Glance 2007*. Paris: OECD Publications:
<http://www.oecd.org/dataoecd/36/4/40701218.pdf>.

Pereira, R. (2014). *Tese de Doutoramento*. Portugal.

Pires, A. L. e Ferreira, A. M.. (2010) *Relatório para o Processo de maiores de 23 no IPS, 2008/2009*, UDRVC-IPS.

Rummer, S. (Org.) ; Canario, R. (Org.) ; Frigotto, G. (Org.) (2009). *Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal*. 1. ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. v. 01. 232p.

Woodhall, M. (2009). *Financing Higher Education: the role of tuition fees and student support, In GUNI, Higher Education at a time of Transformation: New Dynamics for Social Responsibility*. London.